INFLAÇÃO PREJUDICA PODER DE COMPRA

O INE publicou hoje os dados sobre a taxa de inflação do mês de Fevereiro. A taxa de inflação anual (últimos 12 meses) manteve-se em 2.5% e a taxa de inflação homóloga, que compara este mês com o mês homólogo de 2007, em 2,9%. Em termos mensais, a variação foi nula (tal como sucedeu em Fevereiro de 2007).

A nível comunitário, tem existido uma tendência para a aceleração do crescimento dos preços, com a taxa de inflação a subir em muitos dos Estados-membros. Os últimos dados do Eurostat, relativos a Fevereiro 2008, revelam uma subida da inflação homóloga de 3.2% para 3.3% na Zona Euro e uma estagnação na UE27 (3.4%). Idêntica tendência de subida é registada pela inflação anual, que passa de 2.5% para 2.6%, na UE27.

Tendo presente a grande abertura da nossa economia, Portugal não deverá ficar indiferente à subida da taxa de inflação na União Europeia e especialmente em países como Espanha – nosso principal parceiro comercial -, onde a taxa de inflação tem vindo a registar subidas consideráveis. Em Fevereiro de 2008, a taxa de inflação homóloga, em Espanha, manteve-se elevada (4.4%), puxando a inflação anual para os 3.2%.

Também as incertezas sobre a evolução do preço do petróleo e de bens alimentares nos mercados mundiais não podem ser ignoradas quanto aos impactos em Portugal, país que aliás apresenta uma forte dependência externa desses bens, especialmente em termos energéticos.

Num cenário (hipótese) em que a taxa de inflação mensal não acelere face a 2007, ou seja, em que o crescimento mensal de preços tenha um comportamento idêntico ao do ano precedente, a taxa de inflação seria de 2.9%.

Estes desenvolvimentos e tendências apontam para que, uma vez mais, a meta de inflação do Governo, de 2.1% para 2008, esteja em risco. Recorde-se que, desde a sua apresentação no OE 2008, a UGT considerou aquele valor excessivamente optimista e irrealista, não só porque ia em sentido contrário às restantes previsões (Comissão Europeia, Banco de Portugal, OCDE) como por se encontrar desajustado da tendência de subida da inflação no contexto comunitário.

A ocorrer novo desvio em 2008, será o 11º ano consecutivo em que a inflação ficará acima do previsto. As previsões dos sucessivos Governos têm sido, nos últimos anos, um elemento de

forte perturbação da política económica. Mas têm sido sobretudo um elemento de desestabilização da política de rendimentos e da negociação colectiva, com impactos negativos sobre o crescimento real dos salários, pensões e demais rendimentos.

Tal não significa que tenha existido uma sistemática perda de poder de compra dos trabalhadores e pensionistas portugueses ao longo destes anos. Significa sobretudo que os ganhos salariais reais negociados pelos sindicatos, que tiveram por base a inflação esperada, foram parcial ou, nalguns casos, totalmente absorvidos pelos desvios da inflação. E que o aumento real dos salários acabou por não incorporar os ganhos de produtividade entretanto ocorridos.

Deve ainda ter-se presente que outros fenómenos tiveram impactos sobre o rendimento disponível das famílias, sendo de destacar a forte subida das taxas de juro, nomeadamente em empréstimos para habitação, com repercussões sobretudo em agregados familiares mais jovens.

Para a UGT, a persistência daqueles desvios da inflação é totalmente inaceitável para o futuro.

Em primeiro lugar, é fundamental que a estimativa da inflação se transforme num referencial realista e credível para a política de rendimentos e para a negociação salarial. E, nesse sentido, não nos revemos na previsão de 2.1% avançada pelo Governo.

Em segundo lugar, é urgente alterar uma política económica que tem vindo a apostar na "moderação salarial" como principal factor de consolidação das contas públicas, de controlo da taxa de inflação e até de melhoria da competitividade. O peso dos salários no rendimento total tem vindo a perder peso, nos últimos anos.

A consolidação das finanças públicas não pode continuar a ser feita à custa de políticas salariais e de rendimentos restritivas, cujas implicações são negativas não só sobre a vida e o bem-estar dos trabalhadores, pensionistas e suas famílias, como também sobre o potencial de crescimento económico do País.

Em 2008, a UGT bater-se-á por crescimentos reais dos salários, em linha com a melhoria da produtividade, que se traduzam em efectivas melhorias do poder de compra e das condições de vida dos portugueses, combatendo fenómenos como a pobreza e a exclusão social em contexto de trabalho e assegurando, de facto, salários mais justos para todos.

14/03/2008